

A TERRITORIALIZAÇÃO DO TRABALHO NO CORTE DA CANA NO PONTAL DO PARANAPANEMA/SP - NOTAS DE UMA PESQUISA

Leiliane C. Ferraz Xavier*

Luís A. Barone**

Resumo: O presente estudo busca produzir conhecimentos novos acerca da dinâmica territorial e organizativa do trabalho de corte manual da cana-de-açúcar para fornecimento às agroindústrias. A região em foco, no projeto em tela, é a circunscrita pela 10ª. Região Administrativa do Estado de São Paulo, que compreende as regiões popularmente conhecidas como Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista. Como um estudo preliminar, apresenta-se uma breve discussão bibliográfica sobre a organização e as condições de trabalho no corte manual de cana e um levantamento, a partir de informações sindicais, das mobilizações e conflitos envolvendo os cortadores de cana na região Oeste do Estado de São Paulo. O objetivo aqui é apresentar um contexto específico no qual a expansão da (super)exploração do trabalho rural vem acompanhada de lutas e resistências por parte dos trabalhadores que são protagonistas deste trabalho.

Palavras-Chave: agroindústria canavieira, corte manual de cana, movimento sindical rural.

* Graduanda em Geografia pela Unesp/Pres. Prudente. End. eletrônico: lelifx@gmail.com

** Professor Assistente-Doutor da Unesp/Pres. Prudente. End. Eletrônico: labarone@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Dados reveladores da expansão da cultura canavieira são inegáveis no Estado de São Paulo, no bojo do novo “boom” da produção dos agrocombustíveis. Novos produtores estão sendo continuamente agregados aos complexos agroindustriais, com a constituição de novas usinas/destilarias, envolvendo grupos econômicos que já atuam nesse mercado e abrindo espaço para outros, inclusive estrangeiros. O processo de internacionalização do setor de produção de açúcar e álcool vem conformando novos contornos, nos quais usinas sustentadas por relações familiares têm fechado ou sido transferidas para grupo econômicos de maior porte – impactando a dinâmica econômica dos pequenos municípios e, muitas vezes, agravando as condições, já difíceis, dos trabalhadores rurais que vivem da cana.

Como novo território a ser encampado pelo complexo agroindustrial sucroalcooleiro, a região oeste de São Paulo assiste a uma sistemática ampliação do cultivo e das unidades processadoras de cana. Conseqüentemente, o trabalho rural associado ao negócio canavieiro também se expande, tendo, na tarefa do corte manual da cana, uma das atividades laborais mais exigentes em termos físicos e,

contraditoriamente, das menos protegidas de fato. Sobretudo nesse novo território da cana, as condições do trabalho de colheita manual têm sido criticadas como extremamente precárias, mais ainda que nas regiões do Estado tradicionais nessa atividade (regiões de Piracicaba e Ribeirão Preto, por exemplo).

O trabalho aqui apresentado constitui-se de um estudo preliminar de um projeto de pesquisa cujo objetivo geral é produzir conhecimentos novos acerca dessa dinâmica territorial e organizativa do trabalho de corte manual da cana-de-açúcar para fornecimento às agroindústrias. A região em foco, no projeto em tela, é a circunscrita pela 10ª. Região Administrativa do Estado, que compreende as regiões popularmente conhecidas como Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista. Essas áreas estão nos planos recentes de expansão do agronegócio sucroalcooleiro e comportam especificidades e complexidades territoriais que se destacam numa primeira aproximação. Assim é o caso da reconhecida situação de insegurança fundiária na região do Pontal do Paranapanema (Leite, 1998), que tem provocado um contínuo conflito agrário envolvendo grileiros e sem-terra. Ao lado da territorialização dessa luta (acampamentos e assentamentos), agora instalam-se e

ampliam-se canaviais e plantas industriais de destilarias (ver quadro 1).

Quadro 1. Empresas Agroindustriais Canavieiras – Pontal do Paranapanema e Alta Paulista – 2007

NOME FANTASIA	RAZAO SOCIAL	MUNICIPIO	Grupo Econômico
Floralco	Floralco Açúcar e Alcool Ltda	Flórida Paulista	João Florentino Bertolo
Branco Peres	Branco Peres Açúcar e Alcool S/A	Adamantina	Branco Peres
Bionergia	Bioenergia do Brasil S/A (ex-Central de Alcool Lucélia Ltda)	Lucélia	Eduardo Silva
Alcídia	Destilaria Alcídia S/A	Teodoro Sampaio	Ruyter Silva e Lamartine Navarro Neto
o Alegre (Alta resta)	Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Alcool	Presidente Prudente	Junqueira/Figueiredo
Decasa	Decasa Destilaria de Alcool Caiuá S/A	Caiuá	Olival Tenório/Alagoas
Paranapanema I	Destilaria Paranapanema Ltda (Ex-Destilaria Bela Vista)	Narandiba	Carolo/Usina Albertina/Sertãozinho
Califórnia	Parapuã Agroindustrial S/A (Ex-Destilaria Califórnia)	Parapuã	Toledo/Alagoas
Alvorada	Usina Alvorada do Oeste Ltda (Ex-Dalva)	Santo Anastácio	Tarciso José Marques
Paranapanema II	Destilaria Paranapanema Ltda	Sandovalina	Carolo/Usina Albertina/Sertãozinho
Santa Fanny	Destilaria Santa Fanny Ltda	Regente Feijó	Jaques Samuel Blinder
Alta Paulista (Usalpa)	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda (Ex-Vale Verde)	Junqueirópolis	Silveira Barros/Pernambuco
Usina Arena	Arena Tecnologias em Energia Naturais Ltda	Martinópolis	Egreja (Us. Diana/Avanhadava)
Rio Vermelho	Rio Vermelho Açúcar e Alcool Ltda	Junqueirópolis	Antonio Eduardo Garieri/Branco Peres
Dracena	Usina Dracena Açúcar e Alcool Ltda	Dracena	Adriano Rossi

Fonte: Thomaz Jr., 2007.

Como uma primeira aproximação, propõe-se, aqui, um levantamento que, mesmo restrito, dá conta do estudo dos processos de organização do trabalho no corte da cana e dos mecanismos de luta dessa categoria de trabalhadores – com destaque para a movimentação sindical na região. Ressalta-se que, como optou-se por fazer um levantamento em publicação virtual ligada ao segmento sindical mais ativo nesse contexto, algumas situações descritas abaixo não têm como palco os municípios da 10ª. Região Administrativa, mas municípios adjacentes. A opção por se manter esses casos no relato

empírico deve-se ao poder de irradiação das lutas, sobretudo levando-se em consideração a atuação do mesmo núcleo sindical.

O objetivo aqui é apresentar um contexto específico no qual a expansão da (super)exploração do trabalho rural vem acompanhada de lutas e resistências por parte dos trabalhadores que são protagonistas deste trabalho. A atuação sindical nessa ampla região, embora possa ser considerada restrita, tem denunciado e encaminhado lutas contra o desrespeito trabalhista. Tendo, como período analisado, o da atual safra de cana (2008), verifica-se

uma intermitente mobilização (greves) por melhores salários e condições de trabalho, seguida por severas ameaças e punições impostas pelas empresas aos trabalhadores e seus representantes.

BREVE DISCUSSÃO SOBRE O TEMA DO TRABALHO NO CORTE DA CANA

A problemática do trabalho assalariado rural começou a ganhar espaço no debate acadêmico a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tendo como marco o importante trabalho de D’Incao (1983). A autora definiu essa categoria de trabalhadores – os “*bóias-frias*” – como “*exército industrial de reserva*” no processo global da economia da região da Alta Sorocabana (D’Incao, 1983, p. 136). No entanto, mudanças significativas na organização do trabalho assalariado rural ocorreram ao longo dos anos 1980-1990. Se esses trabalhadores ainda são preconceituosamente chamados de “*bóias-frias*”, a intensificação do trabalho, uma maior – mas ainda deficiente – cobertura sindical e mudanças nas culturas na região estudada trouxeram novos elementos de especificação aos trabalhadores assalariados rurais.

Tais mudanças, que trouxeram as marcas da modernização acelerada e contraditória, aconteceram primeiro nas regiões mais ricas do Estado, assim como todo um processo de “*formatação*” de uma classe operária específica, voltada para o trabalho rural nos canaviais. Como marco desse processo sócio-político, as chamadas Greves de Guariba (a partir de 1984), foram importantes movimentos que, ao mesmo tempo em que demonstraram uma – até então – inusitada capacidade e luta dos *bóias-frias* (D’Incao & Botelho, 1987; Ferrante, 1986; Barone, 1996), aprofundaram transformações na organização e nas condições do trabalho no corte da cana.

A principal delas, sem dúvida, foi a introdução do corte mecanizado, uma decisão dos detentores do capital face à movimentação política dos cortadores de cana (Alves, 1991). É importante salientar que, até hoje, vinte anos após a introdução de máquinas para a colheita da cana, muitas regiões ainda não incorporaram essa inovação (como o “*novo território*” do Pontal do Paranapanema). Condições da topografia regional e do campo de forças/disputa entre trabalhadores e usinas são fatores que levam, ainda hoje, a que a maior parte do trabalho da colheita na região oeste do Estado seja manual.

Um importante eixo de análise da luta dessa categoria laboral, sem dúvida, é o movimento sindical dos trabalhadores rurais (MSTR). Criado nos anos 1960, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, a estrutura sindical rural sofreu forte repressão no período da ditadura (Alves, 1991). O mesmo autor afirma que o *“reerguimento do MSTR (anos 1980)... se dará sobre uma realidade modificada em três aspectos fundamentais: 1 – o das diferentes concepções políticas no interior do movimento; 2 – o do relacionamento com o Estado; 3 – o da mudança da realidade agrícola brasileira”* (p. 273).

Dessa nova realidade, inflamada pelas manifestações a partir de Guariba 1984, surgirá uma importante dissidência no interior da CONTAG, em sua seção paulista (FETAESP). Os sindicatos mais ligados à luta dos assalariados (na maioria, cortadores de cana), localizados, a princípio, na região de Ribeirão Preto, irão formalizar uma outra Federação de Sindicatos, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), que capitaneará – não sem conflitos permanentes com a FETAESP – as lutas trabalhistas dos cortadores de cana (Alves, 1991; Ferrante, 1992; Ferrante e Barone, 1994). É importante salientar que essa nova estrutura sindical surge filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e está liderando as

mobilizações dos cortadores de cana atualmente na região do Pontal do Paranapanema.

Uma dimensão particularmente crítica das atividades produtivas desse segmento de trabalhadores é o ritmo e a intensidade do trabalho, associados às péssimas condições na execução do mesmo. Com a introdução de inovações técnicas, mesmo sem a mecanização *stricto-sensu* – o trabalhador tem de trabalhar *“no ritmo dos caminhões e tratores”* que os acompanham,

Além de forte, o trabalhador, para cortar cana deve saber manejar o podão, isto é, necessita de uma certa habilidade, que não é imanente a qualquer pessoa forte. Forte no caso, significa pessoa resistente à realização de uma atividade penosa, sujeita a intempéries e com pouca comida (Alves, 1991, p. 89).

Esta situação extrema de desgaste físico e controle das funções laborais tem sido discutida por pesquisadores e agentes mediadores que se movimentam no campo da organização e regulação do trabalho. Moraes Silva (2005) apresenta as características dessa situação, estudando particularmente os cortadores de cana que são migrantes da região do Vale do Jequitinhonha (Norte de MG) e dos Estados do Nordeste. Para a autora, as imposições a esses trabalhadores ganham contornos

dramáticos, configurando uma condição de superexploração do trabalho nos canaviais:

a imposição de altas taxas de produtividade do trabalho, que extrapolam os limites físicos dos trabalhadores, levando-os, em alguns casos, à morte, é suportada em virtude deste processo de introjeção da autodisciplina que os acompanha... Do mesmo modo, pode-se interpretar a reposição energética, por meio da distribuição do leite de soja ou até mesmo da aplicação de injeções – as amarelinhas, segundo a definição dos próprios trabalhadores – a fim de minorar os efeitos de câibras, provocadas pela perda excessiva de potássio durante a atividade de cortar cana (Moraes Silva, 2005, p. 29).

Thomaz Júnior, estudioso do mundo do trabalho na região em tela, discute sobre esta superexploração, que se faz presente não apenas na forma de pagamento, mas também na

extensividade da jornada, nas péssimas condições de trabalho, no transporte inadequado e inseguro, na negligência do capital em relação aos EPI's, no descumprimento dos contratos de trabalho e das normativas trabalhistas, na redução dos direitos sociais, nos alojamentos insalubres e desconfortáveis, que servem de abrigo para os trabalhadores, sobretudo os migrantes (2007, p. 13).

Este pesquisador destaca, também, a luta por fazer valer as regulamentações oficiais previstas, como no caso da “Norma

Regulamentadora 31 (NR 31)”, do Ministério do Trabalho, que estabelece critérios para a execução do trabalho rural. Sindicatos, Ministério Público e ONGs voltadas para a defesa dos trabalhadores têm se valido dessa norma para contestar e alterar a situação de penúria do trabalhador rural cortador de cana. Ainda segundo Thomaz Jr. (2007, pp. 13-14), *“a principal exigência apontada pelos procuradores (agentes do Ministério Público do Trabalho) deve-se à proteção da saúde e segurança, no trabalho rural, pois a NR-31 exige pausas para descanso dos trabalhadores, fornecimento de água fresca, local adequado para refeição, pronto atendimento médico, sanitários etc”*.

Mesmo assim, as condições de trabalho no corte da cana se mostram terríveis, inclusive com ocorrências de mortes de cortadores, muitas vezes não diretamente atribuídas à intensidade e precariedade do trabalho a que são submetidos (Moraes Silva, 2005). Em outro estudo, Thomaz Jr. é enfático quanto ao desgastante esforço dos cortadores de cana, sinal inequívoco de sua superexploração:

é fato comprovado que um trabalhador que corta hoje 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho, o faz à base de 370.000 golpes de podão e 37.000 flexões nas pernas, para golpear a gramínea, caminha quase 9000 metros, carrega nos braços as 12 toneladas de cana, em montes de 15 quilos cada um,

completando 800 trajetos. Nesse esforço, perde, em média, de 7 a 9 litros de água por jornada, freqüentemente sob sol forte das áreas canavieiras do Brasil e de São Paulo, e, quando conta com EPP's adequados, tem maior desconforto térmico, porque tem aumento significativo de sua temperatura corporal, e, quando não conta, vivencia com a própria sorte outras mazelas, como picadas de cobras, cortes nos pés, pernas e ferimentos nos braços, sem contar que, seja como for, não está imune à influência da poeira, da fuligem (Thomaz Jr., 2008, s/n.).

A partir dessa condição extrema, a realização do trabalho rural na cana tem sido acompanhado de uma intermitente mobilização dos “bóias-frias”, sempre que há algum espaço de socialização política dos homens e mulheres que a ele se dedicam - caso da presença atuante do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Adiante, serão apresentados dados empíricos que comprovam o contexto especialmente conflituoso da relação capital-trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema/SP, envolvendo as usinas e destilarias da região e atores como trabalhadores migrantes, Ministério Público e Delegacias Regionais do Trabalho e MSTR.

FRAGMENTOS DA LUTA RECENTE DOS BÓIAS-FRIAS NO PONTAL: NOTAS DA PESQUISA

A luta dos cortadores de cana do Pontal do Paranapanema é acompanhada de perto pelo blog Imprensa Sindical que atua junto ao movimento sindical rural da região e está ligado à CUT e a FERAESP. Os dados empíricos aqui reunidos foram retirados do instrumento de divulgação desde o dia 11 de dezembro de 2007 até o dia 08 de agosto de 2008. Ali são relatados casos de greve, morte, irregularidades no cumprimento dos direitos trabalhistas e precariedades nos alojamentos.

Em 2007, a maior mobilização relatada pela imprensa sindical em estudo envolveu cerca de oitocentos trabalhadores do setor do corte da cana da Usina Alvorada do Oeste (Santo Anastácio). Eles mantiveram suas atividades paralisadas por dez dias. A greve que começou no dia 11/12/2007 tinha na pauta de reivindicações o pagamento da primeira parcela do 13º salário que deveria ser paga no dia 30/11, a manutenção e troca dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individuais) e o desconto dos cheques dados no mês de novembro, que ainda não haviam sido descontados por falta de fundos. A greve terminou no dia 20/12/2007 após reunião ocorrida na Sub-Delegacia do

Trabalho de Presidente Prudente e o pagamento dos cheques sem fundos e da primeira parcela do 13º salário. Na reunião, a empresa sucroalcooleira se comprometeu em pagar a segunda parcela no dia 21/12. Quanto aos EPIs, a usina não se manifestou – sinal de que não cumpriria com a obrigação de fornecê-los. Os dias em que os trabalhadores se mantiveram parados foram todos descontados no vencimento de seus salários.

Seguindo uma ordem cronológica dos fatos, tem-se, no dia 19/05/2008, o caso mais trágico desse levantamento. O cortador de cana Mariano Baader, de 53 anos e morador da cidade de Tarabay, morreu a caminho do hospital após ter sofrido infarto enquanto trabalhava na Usina Alvorada d'Oeste (Santo Anastácio). O cortador era contratado pela empresa agrícola Monções – que presta serviço terceirizado de mão-de-obra para a usina.

“Acredita-se (diz a informação sindical) que Baader tenha morrido por exaustão”. Sua rotina de trabalho está sendo apurada para saber se houve abuso, já que a categoria está sujeita a média de 12 toneladas de cana cortada ao dia. O caso, com toda sua complexidade, ainda não teve um resultado definitivo.

Ainda em maio, a usina Rio Vermelho, sediada em Junqueirópolis, promoveu grande

corde em seu quadro de funcionários rurais no dia 27/05/2008, demitindo por completo a turma de trabalhadores rurais cortadores de cana moradores do município de Tupi Paulista. A medida foi interpretada como suposto ato de retaliação à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupi Paulista (STR-TP). De acordo com Luciana Nunes, presidenta do STR-TP, o Sindicato teria se encontrado com os trabalhadores após receber várias denúncias referentes ao não pagamento dos atestados médicos e da ausência de preenchimento de comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), bem como ao excesso de suspensões (ou “gancho”), que estariam sendo aplicados à revelia aos trabalhadores. No entanto, logo que a representante sindical se retirou da roça – onde se reuniu com a turma – funcionários da usina solicitaram a presença de todos os cortadores de cana pertencentes à turma de Tupi Paulista no setor de Departamento Pessoal da empresa e iniciou a demissão sumária. Os trabalhadores demitidos ficaram revoltados com a posição da usina e exigiram que fossem tomadas providências contra a empresa por todos os abusos que estão sendo cometidos contra os trabalhadores.

De acordo com Ofício 18/2008 enviado ao Ministério Público do Trabalho pelo STR de Tupi Paulista antes do ocorrido, a Usina Rio Vermelho possui extensa lista de

irregularidades que ferem diretamente os direitos trabalhistas dos cortadores de cana. A mais grave delas seria a terceirização de mão-de-obra: a Fazenda Alvorada seria a responsável pelo registro dos cortadores de cana, no entanto, a prestação de serviço não se daria apenas nesta propriedade, mas se estendia por diversas outras áreas arrendadas pela empresa sucroalcooleira Rio Vermelho. Com essa modalidade de contratação os trabalhadores ficam impedidos de receber benefícios como o PIS.

No mesmo documento, o sindicato cita trechos do Contrato de Trabalho, que estaria irregular quando menciona que o contratado poderá “prestar serviços em qualquer um dos turnos de trabalho”, e que “na hipótese de rompimento do contrato no prazo de experiência não estará o empregador nem o empregado obrigado a pagar qualquer indenização”. Já os trabalhadores que se ferem, mesmo em recuperação, são obrigados a estarem na roça e ficar dentro do ônibus, sob pena de não terem o dia apontado. Por último, ninguém estaria recebendo a cesta básica devida.

Grande parcela dos trabalhadores rurais do setor de corte de cana da usina “Cocal – Comércio, Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda.”, em Paraguaçu Paulista, paralisaram suas atividades no dia 14/06/2008. O movimento, que durou três

dias, começou por iniciativa dos próprios trabalhadores, em especial os migrantes provindos do Ceará. Na pauta reivindicatória os grevistas exigiam melhorias no piso salarial, para que o mesmo passasse de R\$470,00 para R\$560,00. Além disso, que o valor da tonelada de cana cortada seja majorado de R\$2,65 para R\$3,37. A melhoria nas condições dos alojamentos voltados aos migrantes e o pagamento pelos dias não trabalhados e justificados por atestados médicos também foram solicitados.

Os trabalhadores ainda apontaram algumas irregularidades que a empresa estaria cometendo, como o excesso de faltas inexistentes dos trabalhadores e pagamento mensal diferente do valor descrito no holerite. Por capitanearem a greve, os 205 cearenses acabaram sendo demitidos na manhã do dia 17/06 e levados para suas cidades natal depois de receberem os valores referentes à rescisão contratual.

Dias depois, cerca de 2.800 trabalhadores rurais da mesma Usina Cocal, retomaram o movimento de greve e paralisaram todas as atividades no dia 27/06. O Sindicato dos Empregados Rurais assalariados – SER de Paraguaçu Paulista informou que a decretação do estado de greve e a conseqüente paralisação seguiam os ditames legais, haja vista que a decisão é dos trabalhadores em assembléia realizada no

início da semana, e durante a qual, foi estabelecido o prazo para a melhoria da proposta salarial patronal: até as 16h00 da quarta-feira. Foi publicado edital sobre essas negociações e o aviso de greve – caso não fossem atendidas as reivindicações de reajuste do piso salarial para R\$ 560,00, bem como a remuneração de R\$3,30 por tonelada de cana colhida pelos trabalhadores, a título de pagamento por produção.

Na terça-feira (01/07/2008) os trabalhadores intensificaram o movimento grevista, com cerca de 80% dos cortadores de cana aderindo ao movimento. Segundo o Sindicato de Trabalhadores de Paraguaçu Paulista, a empresa estaria dificultando o acesso dos sindicalistas até as frentes de trabalho nos canaviais, mas, ainda assim, o sindicato e trabalhadores estavam se comunicando via telefone celular e organizando uma marcha que saiu do canavial e culminou na entrada principal da empresa para reafirmar as reivindicações. Mesmo com o retorno às atividades, a solução deste conflito só seria definitivamente solucionado com uma negociação mais ampla, ocorrida em agosto/2008, que majorou os preços da cana colhida e do piso salarial

Outros trabalhadores rurais do setor de corte de cana trazidos da cidade de Pedra Branca, no Ceará, para trabalhar na Usina

Santa Fany (Regente Feijó), viveram em situação precária nas pequenas casas que lhes serviam de alojamento. Os trabalhadores denunciaram os locais por não oferecerem condições de higiene e o mínimo de conforto. Em uma das casas, a situação era de extrema precariedade, “remetendo quem a visita a uma versão surreal de senzala em pleno século XXI” (blog imprensasindical.org.br). De madeira, com três quartos pequenos, um banheiro e uma cozinha, na casa visitada pela representação sindical moravam 14 pessoas que dividiam o aluguel no valor de R\$400,00. Os quartos possuíam beliches em más condições, as paredes com buracos e não tinham guarda-roupas. As roupas eram penduradas em varais improvisados por cordas dentro dos quartos. A casa também não possuía despensa para guardar as comidas, não tendo mesa e cadeiras para fazer refeições. O banheiro também apresentava más condições de uso.

No período de um mês, oito dos quarenta e seis trabalhadores voltaram para sua cidade de origem alegando não ter condições de trabalhar na empresa. No dia 10/07/2008, os trabalhadores migrantes que ficaram se reuniram e reivindicaram junto à diretoria da usina melhorias no preço pago pelo corte da cana que, segundo eles, estava bem abaixo do valor combinado no

momento da contratação. Além de não conseguirem o reajuste, o grupo ainda recebeu, ao final do dia, o aviso prévio de demissão e teve a conta no mercado cortada – o que os impedia de pegar alimentos ou produtos para higiene pessoal. Dos 33 trabalhadores rurais, oito fizeram um acordo com a empresa e não foram demitidos.

A denúncia foi feita através de pesquisadores do Centro de Direitos Humanos “Evandro Lins e Silva” de Presidente Prudente, que constataram irregularidades com os trabalhadores da usina. A empresa contratante devia arcar com todas as despesas, desde a saída da terra natal, coisa que não aconteceu com os migrantes. No dia 15/07/2008, foi feito o acerto com os cortadores de cana demitidos e foram pagos o aviso prévio e todas as despesas da viagem de volta até Pedra Branca no Ceará.

POR UMA CONCLUSÃO

A relação de ocorrências acima elencadas, a partir de uma pesquisa preliminar num veículo da imprensa sindical rural, só demonstra a conflituosidade que tem marcado a expansão das atividades produtivas no setor rural do agronegócio sucroalcooleiro na região em estudo. Estes

dados cobram um maior aprofundamento na investigação, para que sejam revelados mais detalhes desse processo crítico de organização do trabalho no corte da cana.

Destaca-se, neste relato preliminar, a estratégia adotada pelas empresas, de sistematicamente desrespeitar a legislação vigente e demitir sumariamente os descontentes. No entanto, é digna de nota a reiterada mobilização dos trabalhadores que, mesmo sendo informados da prática das demissões sumárias, não abandonam a luta por melhores condições de trabalho e por fazer valer seus direitos. Se a estratégia de eliminação dos indesejados tem impedido um desdobramento mais forte da pressão dos trabalhadores, ela não segura o ímpeto dos bóias-frias que, mesmo sem um eficiente organismo sindical e sem a cobertura mais adequada dos órgãos públicos de defesa dos direitos trabalhistas, não se submetem docilmente à superexploração a que são lançados.

A nota em aberto fica por conta de mais uma morte registrada durante a atividade do corte de cana em Santo Anastácio, algo que cobra explicações das empresas e das autoridades. Da parte da academia, é urgente elaborar metodologias precisas de avaliação dessa situação extrema de trabalho, para que essas tragédias deixem

de fazer parte do cotidiano daqueles que vivem do seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, F.J.C. *Modernização da agricultura e sindicalismo: luta dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira da Ribeirão Preto*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas, Unicamp, 1991.

BARONE, L. A. *Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara, Unesp, 1996.

D'INCAO, M .C. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

D'INCAO, M. C.; BOTELHO, M. “Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira na Estado de São Paulo”. In: SADER, E. (org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

FERRANTE, V. L. S. B. “Bóias-frias em greve no Estado de São Paulo: a coletivização dos espaços de luta”. In: *Anais dos 11º. Encontro do PIPSA*. Botucatu, Unesp, 1986.

FERRANTE, V. L. S. B. *A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo*. Tese (Livre-Docência). Araraquara, Unesp, 1992.

FERRANTE, V. L.S.B.; BARONE. L. A. “O sindicalismo rural paulista na última década: fissuras e contrapontos”. *Revista da ABRA*, vol. 24, no. 01, 1994.

LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MORAES SILVA, M. A. “Trabalho e trabalhadores na região do ‘mar de cana e do rio de álcool’”. *Revista Agrária*, São Paulo, n.º. 02, 2005.

THOMAZ Jr., A. “Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais”. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; OLIVEIRA, J.T.; JUNQUEIRA, K. *Anais da III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*. Campinas, Feagri/Unicamp, Jun./2007 (CR-ROM).

THOMAZ Jr., A. *Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)* – Texto preliminar. Presidente Prudente, 2008. (mimeo).